

PROPOSTA DE RESOLUÇÃO

IDENTIFICAÇÃO DA PROPOSTA

ID da proposta	Processo	Atividade / Procedimento
PR/2024/6212	13541/2024	Proposta à Câmara Municipal
Unidade Administrativa		
DCTAF [CONTRATOS E APOIOS]		
Propósito		
Órgãos Colegiais \ Deliberação Câmara Municipal		
Órgão/Cargo que resolve		
Câmara Municipal de Braga		

PROPOSTA DE RESOLUÇÃO

O Município, por força do disposto na alínea l), do n.º 1, do art.º 33.º e na alínea i), do n.º 1, do art.º 16º, ambos da Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro, delega na **Junta de Freguesia de Celeirós, Aveleda e Vimieiro** a competência e a responsabilidade pela contratação e execução do «**Levantamento Topográfico do Parque Industrial de Celeirós – 1.ª Fase**», transferindo, para o efeito, uma verba de **2.152,50€** com IVA incluído, que foi validada pela DCTAF.

Propõe-se que o Executivo Municipal aprove submeter à aprovação da Assembleia Municipal a delegação de competências na **Junta de Freguesia de Celeirós, Aveleda e Vimieiro** para a realização do Projeto acima referido, transferindo uma verba de **2.152,50€ (dois mil, cento e cinquenta e dois euros e cinquenta cêntimos)** ao abrigo do disposto na alínea m), do n.º 1 do artigo 33º e da alínea k), do n.º 1, do artigo 25º da Lei nº 75/2013, tudo nos termos e nas condições constantes do contrato interadministrativo de delegação de competências a celebrar, cuja minuta encontra-se anexa ao processo.

DOCUMENTO ASSINADO ELETRONICAMENTE

Código Validação: 6X345CHMK6XD7ZJPJNH7AMYN
Verificação: <https://braga.balcaoelectronico.pt/>
Documento assinado eletronicamente na plataforma esPublico Gestiona | Página 1 / 1



CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NA JUNTA DE FREGUESIA DE CELEIRÓS, AVELEDA E VIMIEIRO

Entre

PRIMEIRO OUTORGANTE: (NOME), com domicílio profissional nos Paços do Concelho sito na Praça do Município desta cidade, intervindo em representação do **MUNICÍPIO DE BRAGA** na qualidade de Presidente da respetiva Câmara Municipal, pessoa coletiva de direito público nº 506 901 173, com sede na morada acima referida, adiante designado por **MUNICÍPIO**.

E

SEGUNDO OUTORGANTE: (NOME), intervindo em representação da **JUNTA DE FREGUESIA DE CELEIRÓS, AVELEDA E VIMIEIRO** pessoa coletiva de direito público nº 510 835 953, com sede no (MORADA), adiante designada por **FREGUESIA**.

Considerado que:

1.- A concretização da delegação de competências visa a promoção da coesão territorial, o reforço da solidariedade inter-regional, a melhoria da qualidade dos serviços prestados às populações e a racionalização dos recursos disponíveis, conforme preceituado pelo art.º 118º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro;

2 - O **MUNICÍPIO**, por força do disposto no n.º 2 do artigo 23.º da referida Lei n.º 75/2013, dispõe de atribuições no domínio social, do equipamento rural e urbano, promoção do desenvolvimento, entre outras e a Câmara Municipal dispõe de competências próprias, designadamente, em matéria de criação, construção de equipamentos, serviços e redes de circulação, conforme estabelecido na alínea ee) do n.º 1 do artigo 33.º do mesmo diploma legal;

3 - Da conjugação do disposto no n.º 2 do artigo 117.º com o artigo 131.º, ambos do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e do nº 1, do artigo 29º da Lei nº 50/2018, de 16 de

agosto, os municípios, através dos seus órgãos, podem delegar competências nos órgãos das freguesias para a prossecução das suas atribuições em todos os domínios dos interesses próprios das populações, em especial no âmbito dos serviços e das atividades de proximidade e do apoio direto às comunidades locais;

4 - De acordo com a experiência que tem adquirida, esta competência fica melhor acautelada se delegada na freguesia, em virtude de se encontrar mais perto da população e, por isso, melhor conhecedora das necessidades desta;

5 - Que a concretização da delegação de competências, materializada no presente contrato, respeita os princípios estabelecidos no art.º 29º, nº 3 da Lei nº 50/2018, de 16 de agosto, bem como os demais princípios que devem reger a negociação, a celebração, a execução e a cessação dos contratos, concretamente a estabilidade, a prossecução do interesse público, a continuidade da prestação do serviço público e a necessidade e suficiência dos recursos, constantes do art.º 121.º da citada Lei nº 75/2013.

6 - Por força do disposto na alínea l) do n.º 1 do artigo 33.º da referida Lei nº 75/2013, conjugado com a alínea i) do nº 1, do art.º 16º do mesmo diploma legal, a Câmara Municipal de Braga preparou com a Junta de Freguesia de Celeirós, Aveleda e Vimieiro o presente contrato interadministrativo de delegação de competências.

Entre os representados de ambos os outorgantes, e nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 120.º conjugado com o artigo 131.º da referida Lei nº 75/2013, é celebrado o presente contrato interadministrativo de delegação de competências, que se rege pelas cláusulas seguintes, e cuja minuta foi aprovada pela Assembleia Municipal em sessão de DD/MM/AAAA sob proposta da Câmara Municipal aprovada em reunião de DD/MM/AAAA e pela Assembleia da Freguesia de Celeirós, Aveleda e Vimieiro em sessão de DD/MM/AAAA sob proposta da respetiva Junta de Freguesia aprovada em reunião de DD/MM/AAAA.

CLÁUSULA 1ª
(OBJETO)

1. Pelo presente instrumento, o **MUNICÍPIO** delega na **JUNTA DE FREGUESIA DE CELEIRÓS, AVELEDA E VIMIEIRO** a competência e a responsabilidade pela contratação e execução do «**Levantamento Topográfico do Parque Industrial de Celeirós – 1.ª Fase**».

2. A presente delegação respeita à contratação e execução de um Levantamento Topográfico de realização de uma obra em património e infraestruturas que integram o domínio municipal, passando as obras ali executadas, automaticamente e sem necessidade de qualquer outra formalidade, para a gestão municipal logo que integralmente recebidas a título provisório.

CLÁUSULA 2ª

(REPRESENTAÇÃO)

A **FREGUESIA** atuará em nome próprio, tanto na fase de formação dos contratos que vier a celebrar em concretização da delegação prevista na cláusula 1.ª, como em fase de execução dos mesmos, projetando-se na sua esfera jurídica, direta e imediatamente, todos os efeitos resultantes de tais contratações, assumindo a condição de entidade adjudicante e contraente público, sem prejuízo das autorizações que deva previamente obter nos termos previstos nas cláusulas seguintes.

CLÁUSULA 3ª

(ÂMBITO)

A delegação da intervenção identificada na cláusula anterior constitui autorização bastante para a **FREGUESIA** praticar todos os atos técnicos, jurídicos e financeiros necessários à sua perfeita e pontual concretização, ficando em tal autorização compreendidos, designadamente, os poderes seguintes:

- a) Revisão do projeto de execução;
- b) Gestão das relações com entidades terceiras;

CLÁUSULA 4ª

(GESTOR DE CONTRATO)

1. A **FREGUESIA** designará, para cada contrato que vier a celebrar no âmbito da delegação inscrita no presente contrato interadministrativo, um gestor de contrato, a quem cumprirá acompanhar permanentemente a sua execução, detetando desvios e reportando-os, identificando em relatório autónomo as medidas corretivas que se revelem adequadas.

2. A **FREGUESIA** encaminhará para o **MUNICÍPIO** os relatórios que proponham medidas modificativas do contrato e que estejam, nos termos previstos neste contrato interadministrativo, sujeitos à prévia aprovação deste.

3. Com a celebração de qualquer contrato para concretização da delegação prevista no presente contrato interadministrativo, a **FREGUESIA** remeterá ao **MUNICÍPIO**:

- a) O contrato devidamente celebrado, com a identificação e os contactos do seu gestor;
- b) O plano de trabalhos, plano de pagamentos e cronograma financeiro;
- c) A data estimada para o início da prestação contratual.

4. A **FREGUESIA** está dispensada de dar cumprimento ao prescrito no número anterior sempre que as intervenções sejam simplificadas, com preço contratual inferior a €10.000, 00 (dez mil euros).

CLÁUSULA 5ª

(EXECUÇÃO DE PROJETO)

1. O Levantamento Topográfico elaborado no âmbito do presente contrato constará do projeto que requer aprovação pelo **MUNICÍPIO**, passando o mesmo a constar do processo administrativo de execução de obra.

2. Permanece competência reservada ao **MUNICÍPIO**, sob proposta da **FREGUESIA** e suportada no relatório técnico do respetivo gestor do contrato:

- a) A aprovação de quaisquer modificações ao projeto de execução;
- b) A aprovação de quaisquer modificações do contrato que tenha sido formalmente determinado pelo Município de Braga no ato de delegação previsto na cláusula 1.ª do presente contrato;
- c) A adjudicação de serviços complementares ou quaisquer outras modificações objetivas aos contratos.

3. Sem prejuízo do disposto nos números anteriores, a **FREGUESIA** reportará periodicamente ao **MUNICÍPIO** as diligências que for adotando em concretização do presente contrato interadministrativo, seja em fase pré-contratual, seja em fase de execução dos contratos.

CLÁUSULA 6ª

(RECURSOS FINANCEIROS)

1. Para a prossecução do objeto definido na cláusula 1ª e a sua execução nos termos previstos no presente contrato, é concedida, pelo **MUNICÍPIO** à **FREGUESIA**, uma verba de **2.152,50€ (dois mil, cento e cinquenta e dois euros e cinquenta cêntimos)** (IVA incluído à Taxa legal em

vigor), por conta da delegação efetuada de acordo com a seguinte previsão de repartição anual de encargos:

a) **Em 2025, um valor de 2.152,50€ (dois mil, cento e cinquenta e dois euros e cinquenta cêntimos);**

2. A referida verba será processada, em conformidade com a execução do levantamento topográfico efetuado, mediante apresentação das respetivas faturas, tendo em vista a sua transferência para a **FREGUESIA**.

3. Sem prejuízo do disposto no ponto 1, o montante da verba a conceder poderá ser, desde que devidamente fundamentado e justificado, objeto de acertos financeiros.

CLÁUSULA 7ª

(RECURSOS HUMANOS E MATERIAIS)

O **MUNICÍPIO** não afetará, à execução do presente contrato administrativo, qualquer recurso humano ou material, dado que a **FREGUESIA** dispõe de meios adequados a assegurar o cumprimento das obrigações aqui consignadas.

CLÁUSULA 8ª

(OBRIGAÇÕES DA FREGUESIA)

No âmbito do presente contrato de delegação de competências, a **FREGUESIA** fica obrigada a:

- a) Cumprir rigorosamente as condições do presente contrato cabendo-lhe a responsabilidade pela execução do Levantamento Topográfico em conformidade com as regras legalmente aplicáveis;
- b) Designar um representante para a verificação do modo de cumprimento do contrato e acompanhamento técnico, de acordo com a Lei nº 31/2009 de 3 de julho;

CLÁUSULA 9ª

(OBRIGAÇÕES ADICIONAIS)

Para uma articulação permanente entre o **MUNICÍPIO** e a **FREGUESIA**, no âmbito da execução deste contrato, podem os representantes indicados por ambas reunir-se sempre que necessário.

CLÁUSULA 10ª

(MODIFICAÇÃO OU REVOGAÇÃO DO CONTRATO)

1. O presente contrato pode ser modificado por acordo das partes outorgantes, sempre que se verifique uma alteração anormal e imprevisível das circunstâncias em que as partes outorgantes fundaram a decisão de contratar a delegação de competências objeto do presente contrato ou que assim o imponham razões de interesse público, desde que devidamente fundamentadas.
2. O presente contrato pode ainda ser revogado, por acordo de ambas as partes.
3. A modificação ou revogação do contrato obedece a forma escrita.

CLÁUSULA 11ª

(ENTRADA EM VIGOR)

O presente contrato entra em vigor no dia da sua assinatura.

CLÁUSULA 12ª

(CABIMENTO E COMPROMISSO)

A despesa relativa a este contrato encontra-se cabimentada pela proposta de cabimento nº NNNNNN, correspondendo-lhe a requisição externa de despesa com o compromisso nº NNNNNN.

CLÁUSULA 13ª

(DISPOSIÇÕES LEGAIS APLICÁVEIS)

1 - Na execução do presente contrato interadministrativo de delegação de competências, observar-se-ão:

- a) o respetivo clausulado
- b) a Lei nº 75/2013, de 12 de setembro
- c) a Lei nº 50/2018, de 16 de agosto;

2 - Subsidiariamente, observar-se-ão, ainda:

- a) As disposições constantes do Código dos Contratos Públicos, com as devidas adaptações, em especial a sua Parte III;
- b) O Código do Procedimento Administrativo.

Arquiva-se no processo documental:

- a) As referidas deliberações da Assembleia Municipal, da Câmara Municipal, da Assembleia de Freguesia e da Junta de Freguesia;
- b) O mencionado Mapa contendo as verbas a transferir para a FREGUESIA;
- c) Os identificados documentos de cabimento e compromisso.

Pelo segundo outorgante foram exibidas:

- a) Uma certidão comprovativa em como a sua representada tem a situação regularizada relativamente a impostos devidos ao Estado, emitida em DD/MM/AAAA pelo x.º Serviço de Finanças de Braga;
- b) Uma declaração comprovativa em como a sua representada tem a situação contributiva regularizada para com a Segurança Social, emitida automaticamente pelo Serviço Segurança Social Direta em DD/MM/AAAA.

O presente contrato Interadministrativo é feito em duplicado, ficando um exemplar para cada uma das partes.

Braga, DD/MM/AAAA

O Presidente da Câmara Municipal de Braga

O Presidente da Junta Freguesia de Celeirós, Aveleda e Vimieiro
